



**A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO COMO AGENTE
ESTRATÉGICO NA CULTURA AVALIATIVA DAS IES: ARTICULAÇÃO,
MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL**

**THE OWN EVALUATION COMMITTEE AS A STRATEGIC AGENT IN
THE EVALUATION CULTURE OF HEIS: ARTICULATION,
MOBILIZATION AND INSTITUTIONAL ENGAGEMENT**

Jocirley de OLIVEIRA¹

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)

E-mail: oliveiraaraguina2013@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0008-4126-0091>

Ana Paula Alves Gonçalves LACERDA²

Faculdade de Ciências do Tocantins (FACIT)

E-mail: apaglacerda@hotmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-5050-351X>

209

RESUMO

Este artigo analisa o papel estratégico da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na construção e consolidação de uma cultura avaliativa participativa e transformadora no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Inserida no contexto do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a CPA atua como elo entre a comunidade acadêmica e os órgãos reguladores, promovendo a articulação institucional e o fortalecimento da autoavaliação. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e natureza descritiva, com base em revisão bibliográfica e documental, cujo objetivo é evidenciar como a CPA pode contribuir para o engajamento de diferentes segmentos institucionais (docentes, discentes, técnicos e sociedade civil), ao mesmo tempo em que organiza e articula os processos avaliativos de forma integrada. Os resultados apontam que a atuação proativa da CPA potencializa a comunicação interna, favorece a participação coletiva, fortalece a

¹ Pós Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Norte do Tocantins. Doutor em Letras, Língua e Literatura Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT, Mestre em Educação Pela Universidade Federal do Tocantins - UFT. oliveiraaraguina2013@gmail.com/ orcid.org/ 0009- 0008-4126-0091.

² Mestrado em Ciências da Saúde pela UFT-TO. Especialização em Dentística pela ABO-Tocantins. Graduação em Odontologia pela Universidade de Alfenas- MG. E-mail: apaglacerda@hotmail.com.Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5050-351X>.

governança e melhora os indicadores institucionais. Conclui-se que a CPA, quando reconhecida como agente estratégico, amplia o sentimento de pertencimento e consolida uma cultura avaliativa pautada na ética, na transparência e no compromisso com a qualidade educacional.

Palavras-chave: CPA. Autoavaliação. Cultura Avaliativa. Engajamento. Qualidade.

ABSTRACT

This article analyzes the strategic role of the Self-Evaluation Committee (CPA) in building and consolidating a participatory and transformative evaluation culture within Higher Education Institutions (HEIs). Framed within the National Higher Education Evaluation System (SINAES), the CPA acts as a link between the academic community and regulatory bodies, promoting institutional articulation and the strengthening of self-evaluation processes. This is a qualitative, descriptive research based on bibliographic and documentary review. Its objective is to demonstrate how the CPA contributes to the engagement of different institutional segments (faculty, students, staff, and civil society), while also organizing and articulating evaluative processes in an integrated manner. The results indicate that the proactive performance of the CPA enhances internal communication, fosters collective participation, strengthens governance, and improves institutional indicators. It is concluded that, when recognized as a strategic agent, the CPA reinforces a sense of belonging and consolidates an evaluation culture based on ethics, transparency, and a commitment to educational quality.

Keywords: CPA. Self-evaluation. Evaluation Culture. Engagement. Quality.

INTRODUÇÃO

A avaliação institucional nas Instituições de Ensino Superior (IES) brasileiras passou a ocupar papel de destaque nas últimas décadas, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). O sistema foi criado como um instrumento de melhoria contínua da qualidade do ensino superior, articulando os processos avaliativos internos e externos em torno de três pilares principais: avaliação institucional,

avaliação dos cursos e avaliação do desempenho dos estudantes (ENADE). Nesse cenário, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) emerge como um dos principais agentes responsáveis pela consolidação da cultura avaliativa no âmbito institucional.

A CPA tem a missão de planejar, coordenar e sistematizar os processos de autoavaliação, considerando as dez dimensões definidas pelo SINAES, que abrangem aspectos como a missão da instituição, a política para o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, a gestão da instituição, entre outros. Ao desempenhar essas funções, a CPA não apenas cumpre uma exigência legal, mas também assume uma posição estratégica na articulação entre os diversos setores da instituição, promovendo a escuta ativa, o diálogo e a mobilização da comunidade acadêmica em torno de práticas avaliativas reflexivas e transformadoras.

Nesse contexto, é fundamental compreender a avaliação institucional como um processo contínuo, participativo e integrador, capaz de gerar dados e evidências que subsidiem decisões estratégicas e políticas educacionais coerentes com a missão institucional. A cultura avaliativa, quando bem estabelecida, torna-se parte da identidade da instituição, orientando práticas pedagógicas, administrativas e de gestão com base em indicadores consistentes e em análises qualificadas. A CPA, portanto, é protagonista na mediação entre a coleta de dados e a interpretação crítica desses resultados, influenciando diretamente na construção de caminhos para o aprimoramento da qualidade educacional.

O protagonismo da CPA, no entanto, depende da legitimidade de sua atuação e da capacidade de engajamento da comunidade acadêmica nos processos avaliativos. A representatividade de seus membros — envolvendo docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil — é um fator determinante para garantir a pluralidade de vozes e a construção coletiva dos diagnósticos institucionais. É nesse ponto que a CPA deixa de ser apenas um requisito burocrático e passa a ocupar uma posição de liderança estratégica, promovendo a integração entre os diferentes setores e estimulando o sentimento de pertencimento institucional.

A mobilização da comunidade acadêmica para participar dos processos de autoavaliação requer ações de sensibilização, comunicação transparente e formação continuada. A CPA precisa adotar estratégias que rompam com a percepção de que a avaliação institucional é um instrumento meramente formal ou punitivo. Pelo

contrário, trata-se de uma prática voltada ao aprimoramento da qualidade e ao fortalecimento da governança educacional. Campanhas internas, rodas de conversa, oficinas temáticas e a divulgação de resultados de forma acessível são exemplos de ações que podem ampliar a compreensão e a adesão dos públicos envolvidos.

A atuação efetiva da CPA pode impactar diretamente nos indicadores institucionais, contribuindo para o reconhecimento de cursos, recredenciamento institucional e melhoria no desempenho dos estudantes em avaliações externas como o ENADE. A análise crítica dos dados coletados, a produção de relatórios consistentes e a proposição de ações de melhoria são práticas que conectam a autoavaliação à gestão estratégica da instituição. Assim, a CPA torna-se corresponsável pelos resultados acadêmicos e institucionais, refletindo sua importância para o desenvolvimento sustentável das IES.

A relevância deste artigo reside, portanto, na análise do papel estratégico da CPA na consolidação de uma cultura avaliativa participativa, ética e transformadora. Parte-se do entendimento de que a avaliação institucional, mais do que um instrumento de regulação, é uma ferramenta de autorreflexão e mudança, capaz de impulsionar melhorias efetivas na qualidade da educação superior. A pesquisa aqui apresentada tem abordagem qualitativa e caráter descritivo, fundamentada em revisão bibliográfica e documental sobre o tema.

Dessa forma, este trabalho está estruturado em cinco seções principais: (1) a contextualização da CPA no âmbito do SINAES, destacando seus fundamentos legais e operacionais; (2) o perfil e as atribuições dos membros da comissão, com ênfase na liderança e na representatividade; (3) a atuação da CPA como articuladora dos processos avaliativos; (4) as estratégias de mobilização da comunidade acadêmica; e (5) os impactos de sua atuação no fortalecimento institucional. Espera-se, com isso, contribuir para o entendimento ampliado da CPA como agente estratégico na consolidação de práticas avaliativas que promovem qualidade, participação e transformação nas IES.

METODOLOGIA

A pesquisa que fundamenta este artigo foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, com natureza descritiva e exploratória, com o objetivo de

compreender o papel estratégico da Comissão Própria de Avaliação (CPA) na consolidação de uma cultura avaliativa participativa nas Instituições de Ensino Superior (IES). A escolha pela abordagem qualitativa se justificou pela intenção de interpretar e contextualizar as ações da CPA a partir da complexidade das relações institucionais, da percepção dos sujeitos envolvidos e da leitura crítica dos documentos e dados disponíveis.

A investigação foi orientada pelos princípios da pesquisa bibliográfica e documental, tendo como base teórica autores que tratam da avaliação institucional, da gestão educacional e da cultura organizacional no ensino superior. O estudo também se apoiou em normativas legais e orientações do Ministério da Educação (MEC), em especial a Lei nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), além de documentos institucionais como relatórios de autoavaliação e Planos de Desenvolvimento Institucional (PDI) de diferentes IES.

A pesquisa bibliográfica permitiu a fundamentação teórica das reflexões aqui apresentadas. Conforme aponta Gil (2008, p. 44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Nesse sentido, foram analisadas publicações que discutem as funções, os desafios e os impactos da atuação da CPA no ambiente acadêmico, além de estudos de caso e artigos que evidenciam boas práticas avaliativas implementadas em instituições públicas e privadas.

Paralelamente, utilizou-se a análise documental como procedimento metodológico complementar, por meio da leitura e interpretação de documentos institucionais internos e externos, como regimentos de CPAs, atas, resoluções, relatórios de gestão e relatórios de autoavaliação institucional. Esses materiais foram examinados à luz dos objetivos da pesquisa, com foco na identificação das estratégias adotadas pelas CPAs para mobilizar a comunidade acadêmica e influenciar os processos de tomada de decisão na gestão institucional.

A triangulação entre os dados extraídos das fontes bibliográficas e documentais possibilitou uma visão mais ampla e aprofundada do objeto de estudo, favorecendo a compreensão do protagonismo da CPA em diferentes contextos institucionais. Tal procedimento também assegurou maior rigor interpretativo, respeitando os princípios da pesquisa qualitativa, como a contextualização, a

coerência interna e a valorização das múltiplas vozes envolvidas no processo avaliativo.

O corpus da pesquisa foi construído a partir da seleção intencional de documentos produzidos entre os anos de 2018 e 2024, abrangendo instituições de diferentes regiões do país. A seleção seguiu os critérios de relevância temática, diversidade institucional (IES públicas e privadas) e disponibilidade de dados públicos e acessíveis. Os documentos foram organizados, codificados e analisados segundo categorias temáticas previamente definidas com base na literatura e nos objetivos do estudo.

A interpretação dos dados seguiu uma lógica analítica qualitativa, priorizando a descrição densa e a análise crítica dos sentidos atribuídos à atuação da CPA nas IES. Conforme destaca Gil (2008, p. 27), “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e interpretação dos fenômenos”. Dessa forma, as análises buscaram evidenciar como as CPAs contribuem para a institucionalização da avaliação, o fortalecimento da cultura participativa e a melhoria da qualidade acadêmica.

Portanto, é importante destacar que os resultados da pesquisa não pretendem oferecer generalizações estatísticas, mas sim contribuir com a discussão teórica e prática sobre o papel da CPA como agente estratégico na gestão das IES. O conhecimento gerado busca fomentar o aperfeiçoamento das práticas avaliativas, o engajamento dos diferentes segmentos institucionais e a consolidação de uma cultura avaliativa ética, crítica e transformadora.

O PROTAGONISMO DA CPA NA CONSTRUÇÃO DE UMA AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PARTICIPATIVA E TRANSFORMADORA

A fundamentação teórica que se segue tem por objetivo contextualizar e sustentar os principais conceitos que orientam a atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) no âmbito das Instituições de Ensino Superior (IES). Por meio da revisão de literatura, busca-se compreender o papel estratégico da CPA na condução dos processos avaliativos internos, sua interface com a gestão institucional e os desafios para a construção de uma cultura de autoavaliação participativa, formativa e transformadora. A abordagem teórica fundamenta-se em autores que discutem

avaliação institucional, gestão educacional e políticas públicas de qualidade na educação superior, contribuindo para embasar as análises e reflexões desenvolvidas ao longo deste estudo.

O Papel da CPA no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)

A avaliação da educação superior no Brasil passou por um importante processo de reformulação a partir da década de 2000, culminando na criação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), por meio da **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Esta legislação instituiu um modelo avaliativo amplo, participativo e contínuo, rompendo com paradigmas anteriores marcados por ações pontuais e centralizadas. O SINAES fundamenta-se em uma perspectiva que articula **três componentes principais**: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes, sendo a **autoavaliação institucional** considerada um dos eixos estruturantes do sistema.

Nesse contexto, a **Comissão Própria de Avaliação (CPA)** surge como elemento indispensável ao funcionamento do SINAES, sendo constituída obrigatoriamente por todas as Instituições de Ensino Superior (IES), públicas ou privadas. A CPA é responsável por coordenar os processos de autoavaliação, organizando a escuta da comunidade acadêmica, sistematizando dados e elaborando relatórios que devem subsidiar o planejamento e a tomada de decisão institucional, além de atender às exigências dos órgãos reguladores.

A criação da CPA insere-se em um movimento de valorização da **avaliação interna**, compreendida como instrumento de diagnóstico, reflexão e transformação. Tal perspectiva se contrapõe a uma lógica avaliativa estritamente fiscalizatória, ao entender que a avaliação deve, acima de tudo, promover o **desenvolvimento institucional** e a **qualidade do ensino superior**. As CPAs, portanto, são responsáveis por cultivar uma cultura de participação, transparência e responsabilidade compartilhada no interior das IES.

As finalidades da avaliação institucional no âmbito do SINAES são amplas e profundamente conectadas ao projeto educativo de cada instituição. Conforme o artigo 2º da Lei nº 10.861/2004, os objetivos do sistema são:

Melhoria da qualidade da educação superior; orientação da expansão da sua oferta; aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; e promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior (Brasil, 2004, p. 77).

Nesse sentido, a CPA torna-se uma das principais guardiãs da coerência entre missão institucional, práticas pedagógicas e resultados sociais. Seu papel ultrapassa o mero cumprimento de exigências legais, assumindo uma função estratégica no acompanhamento e na melhoria contínua da qualidade acadêmica e administrativa. Ao promover reflexões críticas sobre as práticas institucionais, a CPA contribui para o alinhamento entre os objetivos da instituição, as demandas da sociedade e os processos formativos desenvolvidos no ambiente universitário.

Além das finalidades, o SINAES também define os **princípios** que devem nortear a avaliação:

A globalidade, o respeito à identidade institucional, a participação da comunidade acadêmica e a articulação entre os processos internos e externos. Esses princípios asseguram que a avaliação seja compreendida como uma construção coletiva, dialógica e contextualizada. O processo de autoavaliação, coordenado pela CPA, precisa considerar esses princípios para garantir legitimidade, efetividade e utilidade aos seus resultados (Brasil, 2004, p. 92).

As dez dimensões que orientam a autoavaliação institucional também foram definidas pelo SINAES e contemplam desde aspectos pedagógicos até organizacionais e estruturais. Dentre elas, destacam-se: a missão e o plano de desenvolvimento institucional; a política de ensino, pesquisa e extensão; a responsabilidade social; a comunicação com a sociedade; as políticas de pessoal; a organização e gestão da instituição; e a sustentabilidade financeira. Essas dimensões orientam o trabalho da CPA, que deve refletir criticamente sobre o desempenho institucional em cada uma delas, com base em dados objetivos e escuta qualificada.

A CPA é, portanto, **o elo entre a comunidade acadêmica e os órgãos reguladores**, desempenhando um papel de mediação fundamental. Sua atuação vai além da produção de relatórios: ela articula setores, mobiliza sujeitos, propõe ações corretivas e colabora com o planejamento estratégico da IES.

Como destacam Dias Sobrinho e Assis (2006), a avaliação institucional deve ser um instrumento de transformação, não apenas um procedimento técnico:

A avaliação interna, conduzida pela CPA, deve ser entendida como um processo político-pedagógico, em que a instituição se reconhece, reflete sobre sua prática e identifica possibilidades de mudança. É um espaço de escuta e de crítica, no qual a comunidade acadêmica participa ativamente, contribuindo para a construção de uma instituição mais coerente com seus objetivos e socialmente relevante (Dias Sobrinho e Assis, 2006, p. 42).

Esse papel de escuta ativa e articulação institucional exige que a CPA seja reconhecida como instância legítima e autônoma. Para tanto, sua composição precisa assegurar a pluralidade de segmentos institucionais — docentes, discentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil — conforme estabelece a legislação. É essencial que seus membros sejam capacitados, engajados e comprometidos com a ética e a transparência, como ressalta Silva (2012):

A legitimidade da CPA está diretamente relacionada à sua capacidade de representar diferentes vozes institucionais, atuar com independência e gerar confiança junto à comunidade acadêmica. Sua força está na articulação entre a escuta e a ação, entre o diagnóstico e a proposição de caminhos para a transformação (Silva, 2012, p. 85):

Ao atuar como mediadora entre os dados internos e os padrões avaliativos exigidos pelo MEC/INEP, a CPA tem ainda a função de garantir que os relatórios de autoavaliação reflitam a realidade institucional com fidelidade e criticidade. Trata-se de um trabalho que envolve análise técnica, sensibilidade institucional e responsabilidade política.

Como afirmam Oliveira e Sousa (2010), a CPA precisa exercer uma liderança articuladora:

A CPA não pode se restringir à função burocrática de preencher relatórios. Ela deve liderar processos avaliativos que envolvam a comunidade, estimulem a reflexão e sirvam de base para decisões estratégicas. Sua ação deve ser formativa, educativa e transformadora, pautada pela busca da qualidade com responsabilidade social (Oliveira e Sousa, 2010, p. 59).

Para que esse protagonismo da CPA se concretize, é essencial que ela disponha de autonomia, representatividade e condições adequadas para atuar com efetividade.

Isso implica na constituição de uma equipe multidisciplinar, com membros engajados e capacitados, além do apoio institucional necessário para garantir a escuta ativa da comunidade acadêmica e a análise criteriosa dos dados coletados. A autoavaliação precisa ser integrada ao planejamento institucional, dialogando com os planos de desenvolvimento e contribuindo para decisões que impactem positivamente o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão.

Dessa forma, o papel da CPA transcende a formalidade legal e se insere na dinâmica mais ampla da governança institucional. Sua atuação estratégica influencia diretamente os rumos acadêmicos, administrativos e sociais da IES. Quando bem estruturada e legitimada, a CPA torna-se elemento-chave para a consolidação de uma cultura avaliativa democrática, crítica e comprometida com a excelência educacional e com a responsabilidade social da instituição.

Perfil e Atribuições dos Membros da CPA: Liderança, Representatividade e Compromisso Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é um órgão colegiado de natureza autônoma no interior das Instituições de Ensino Superior (IES), cuja eficácia depende diretamente da legitimidade e da representatividade de seus membros. Conforme estabelece a Lei nº 10.861/2004, que criou o SINAES, a CPA deve ser composta por representantes dos diferentes segmentos da comunidade acadêmica – docentes, discentes, técnicos administrativos – e por pelo menos um representante da sociedade civil organizada. A diversidade de representações busca garantir uma visão plural e abrangente dos processos institucionais, além de assegurar que os diagnósticos avaliativos reflitam as múltiplas experiências vividas no cotidiano da instituição.

A composição da CPA não deve ser apenas uma formalidade legal. Trata-se de um princípio de representatividade ativa, que assegura o exercício da democracia interna na condução dos processos avaliativos. Cada segmento representa interesses, vivências e responsabilidades distintas no funcionamento da IES, e, portanto, contribui de forma singular para a compreensão dos pontos fortes e dos desafios institucionais. Essa diversidade é essencial para a construção de um retrato fidedigno

da realidade educacional, pois amplia os olhares e enriquece a análise dos dados coletados.

Os docentes, por exemplo, contribuem com sua experiência pedagógica, seu conhecimento técnico-científico e sua familiaridade com os currículos e metodologias de ensino. Já os discentes oferecem a perspectiva do cotidiano estudantil, trazendo percepções valiosas sobre os ambientes de aprendizagem, as práticas docentes e a infraestrutura disponível. Os técnicos administrativos, por sua vez, colaboram com sua visão sistêmica da gestão institucional, enquanto o representante da sociedade civil agrega a dimensão externa, contribuindo com a análise da relevância social da instituição e seus compromissos com a comunidade.

É nesse sentido que o papel estratégico de cada membro da CPA vai além da mera ocupação de uma vaga representativa. Espera-se que cada integrante atue com proatividade, comprometimento e responsabilidade, contribuindo para a articulação de processos, a mediação de interesses e o fortalecimento da cultura avaliativa. Cabe a esses membros também estimular o diálogo entre os diferentes segmentos da comunidade acadêmica, promovendo a escuta qualificada e a construção coletiva de soluções.

Dessa forma, tornam-se agentes fundamentais na consolidação de uma gestão participativa e orientada por evidências. Sua atuação favorece a construção de diagnósticos precisos sobre a realidade institucional, contribuindo para a elaboração de planos de ação mais eficazes e contextualizados. Fortalecem, dessa forma, a transparência dos processos avaliativos e o comprometimento coletivo com a melhoria contínua.

Como afirma Silva (2012),

A atuação dos membros da CPA deve ser orientada por uma postura ética e colaborativa, que valorize o diálogo entre os segmentos institucionais. A comissão não é um espaço de representação política ou disputa de poder, mas um organismo mediador, que precisa se pautar pela escuta, pela responsabilidade institucional e pelo compromisso com a qualidade educacional (Silva, 2012, p. 74).

A liderança dos membros da CPA é exercida de forma horizontal e coletiva. Não se trata de liderança autoritária, mas de uma liderança comprometida com a construção de consensos, com a mediação de conflitos e com a mobilização da

comunidade acadêmica para participar ativamente dos processos avaliativos. Para isso, são exigidas competências específicas, como habilidades de comunicação, capacidade de articulação entre setores, domínio técnico sobre avaliação institucional e sensibilidade ética para lidar com diferentes pontos de vista.

A comunicação é uma das competências mais importantes no perfil dos membros da CPA. Eles devem ser capazes de traduzir dados técnicos em informações acessíveis, mobilizar a comunidade interna para responder aos instrumentos de avaliação, apresentar os resultados de forma clara e dialogada e, sobretudo, manter canais permanentes de escuta e devolutiva.

Como ressaltam Oliveira e Sousa (2010),

A eficácia da CPA depende, em grande parte, da capacidade de seus membros de dialogar com os diferentes setores da instituição, compreendendo as demandas, expectativas e resistências que envolvem o processo avaliativo. É por meio de uma comunicação transparente e respeitosa que a CPA conquista legitimidade e adesão da comunidade acadêmica (Oliveira e Sousa, 2010, p. 95).

A competência em gestão também é indispensável. A CPA precisa planejar cronogramas, organizar reuniões, supervisionar a aplicação de instrumentos, acompanhar a coleta e análise de dados, sistematizar informações e produzir relatórios técnicos. Todos esses processos exigem organização, disciplina, visão estratégica e capacidade de decisão. Os membros da comissão devem agir com imparcialidade e ética, evitando julgamentos precipitados e preservando a integridade dos dados e das informações coletadas. A ética, nesse caso, não é apenas um princípio abstrato, mas uma prática diária que assegura a credibilidade da comissão.

Outro elemento importante é o comprometimento institucional. Os membros da CPA devem compreender sua função como parte integrante da missão e do desenvolvimento da IES. A atuação na comissão exige tempo, estudo, envolvimento e participação ativa em ações que extrapolam os limites da própria comissão.

Como afirmam Dias Sobrinho e Assis (2006, p. 39):

A autoavaliação não é um processo neutro, técnico ou despolitizado. Ela implica escolhas, prioridades e interpretações que refletem visões de mundo e projetos institucionais. Por isso, os membros da CPA devem atuar como sujeitos reflexivos, críticos e éticos,

comprometidos com uma avaliação emancipadora e não meramente regulatória (Dias Sobrinho e Assis, 2006, p. 39).

Diante disso, é fundamental reconhecer que a condução da autoavaliação exige muito mais do que domínio técnico: requer discernimento crítico, capacidade de escuta e abertura ao diálogo com os diversos setores da instituição. A avaliação, quando compreendida em sua complexidade, demanda dos membros da CPA uma postura ativa na problematização da realidade institucional e na promoção de práticas colaborativas. Essa atuação reflexiva amplia o alcance da autoavaliação, permitindo que ela se torne um instrumento de mobilização, aprendizagem institucional e construção coletiva de melhorias.

Dessa forma, o perfil dos membros da CPA deve combinar qualificação técnica, representatividade institucional e sensibilidade humana. A atuação da comissão só alcança êxito quando seus integrantes compreendem a dimensão formativa e transformadora da avaliação institucional e se colocam como protagonistas de um processo que envolve toda a comunidade acadêmica. É a partir dessa postura que se constrói uma cultura avaliativa sólida, contínua, ética e efetivamente transformadora.

A CPA como Organizador e Articulador de Processos Avaliativos

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) tem se consolidado como peça-chave na estrutura institucional das Instituições de Ensino Superior (IES), especialmente por sua capacidade de planejar, conduzir, integrar e articular os processos avaliativos internos. Seu papel vai além da simples aplicação de questionários; trata-se de um trabalho complexo e contínuo de análise, escuta ativa da comunidade acadêmica, produção de conhecimento institucional e promoção de melhorias.

A CPA atua como eixo transversal no desenvolvimento da cultura da avaliação, buscando sempre o aperfeiçoamento da qualidade educacional e administrativa. Sua presença deve ser percebida em todas as instâncias institucionais, promovendo a integração entre setores e articulando informações que subsidiem o planejamento estratégico. Ao fomentar uma postura contínua de análise e reflexão, a comissão contribui para o fortalecimento de processos decisórios mais coerentes com a missão institucional e alinhados às necessidades da comunidade acadêmica.

A organização dos processos avaliativos começa com um planejamento sistemático, que envolve definição de objetivos, cronogramas, públicos-alvo, metodologias e instrumentos de coleta de dados. Essa etapa é essencial para garantir que a autoavaliação institucional reflita, de fato, a realidade da IES, suas fragilidades e potencialidades. O processo de autoavaliação deve ser pensado de maneira participativa e democrática, alinhado aos princípios do SINAES, especialmente no que tange à melhoria da qualidade do ensino superior e à responsabilidade social da instituição.

Nesse contexto, a CPA atua como articuladora entre os diferentes setores institucionais – acadêmicos e administrativos – promovendo a escuta coletiva, a produção de dados e a reflexão crítica. Essa articulação depende da capacidade da comissão de estabelecer uma linguagem comum entre os diversos segmentos, promovendo a integração e o compromisso coletivo com a missão institucional.

Como destaca Costa (2012), o papel articulador da CPA é uma estratégia de gestão fundamental:

A atuação da CPA exige, necessariamente, uma capacidade de mobilização e articulação intersetorial, na qual os dados produzidos por diferentes setores precisam ser sistematizados, analisados e transformados em conhecimento para subsidiar decisões institucionais. Essa função só é possível quando a CPA se consolida como espaço legítimo de escuta e planejamento, deixando de ser apenas um grupo de apoio técnico para se transformar em instância estratégica na governança universitária (Costa, 2012, p. 64).

Além da escuta e da integração, a análise crítica dos dados obtidos é tarefa fundamental da CPA. O trabalho de avaliação não se encerra na coleta: é na análise e na interpretação dos dados que a comissão cumpre seu papel de instância reflexiva e propositiva. A produção de relatórios é, portanto, uma das atividades centrais da CPA. Estes documentos devem trazer não apenas estatísticas e gráficos, mas também análises qualitativas, identificação de tendências, e proposições de melhoria que se alinhem ao planejamento estratégico da IES.

A construção de relatórios deve respeitar critérios técnicos, éticos e de transparência. Os dados analisados precisam ser apresentados de forma clara e objetiva, permitindo que todos os públicos da instituição compreendam os resultados e as proposições. Além disso, é fundamental que os relatórios contemplem análises

críticas que favoreçam a tomada de decisões qualificadas e subsidiem o planejamento institucional. A acessibilidade das informações e a linguagem inclusiva também são aspectos essenciais para promover o engajamento da comunidade acadêmica no processo avaliativo.

Como salientam Ristoff e Lobo (2015), os relatórios da CPA são instrumentos de transformação institucional quando utilizados de forma estratégica:

Os relatórios produzidos pela CPA não são meros documentos burocráticos. Eles representam uma síntese da visão institucional, traduzem as demandas internas e externas, e orientam o processo de tomada de decisão em diferentes níveis. A qualidade de um relatório está diretamente relacionada à qualidade do processo avaliativo e à capacidade da instituição de se autorreconhecer como organismo em constante transformação (Ristoff; Lobo, 2015, p. 91).

Outro aspecto importante é a periodicidade das avaliações. A CPA deve estabelecer uma rotina de monitoramento e avaliação, respeitando os ciclos definidos pelo Ministério da Educação, mas também criando suas próprias estratégias internas de acompanhamento. Essa regularidade permite que as ações institucionais sejam ajustadas de forma tempestiva, respondendo às necessidades da comunidade acadêmica e às exigências dos órgãos reguladores.

A retroalimentação é uma das grandes responsabilidades da CPA: ela deve garantir que os resultados da avaliação sejam devolvidos à comunidade de forma acessível e útil. Essa devolutiva é essencial para manter a credibilidade do processo e incentivar a participação contínua dos membros da IES.

Segundo Silva (2016), a devolução dos resultados é um elemento de responsabilidade e legitimidade do processo:

Devolver à comunidade os resultados da autoavaliação não é apenas uma exigência ética, mas um processo de legitimação institucional. Quando os diferentes segmentos percebem que seus posicionamentos foram considerados, analisados e transformados em ações concretas, o vínculo com o processo avaliativo se fortalece e o compromisso institucional se amplia (Silva, 2016, p. 103).

Essa devolutiva à comunidade acadêmica deve ocorrer de forma transparente, acessível e dialogada, fortalecendo a confiança entre a CPA e os diferentes públicos institucionais. Mais do que informar resultados, trata-se de envolver as pessoas nos processos de mudança, criando oportunidades para debates, escuta ativa e

participação nas decisões. Quando a comunidade compreende o impacto de sua colaboração nas ações institucionais, a avaliação deixa de ser um procedimento técnico e passa a ser vivenciada como parte integrante da gestão democrática e do desenvolvimento coletivo da instituição.

Portanto, a CPA atua como organizadora e articuladora dos processos avaliativos ao garantir que a avaliação institucional seja contínua, sistemática, democrática e, acima de tudo, significativa para o crescimento e fortalecimento da instituição. Sua capacidade de planejar, integrar e transformar dados em ações qualifica sua atuação como estratégica e indispensável para a consolidação de uma cultura de qualidade nas instituições de ensino superior.

Estratégias de Mobilização e Engajamento da Comunidade Acadêmica

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) desempenha um papel estratégico ao fomentar a cultura avaliativa dentro das instituições de ensino superior. Para que a autoavaliação institucional seja efetiva, é essencial que a comunidade acadêmica — composta por estudantes, docentes, técnicos administrativos e representantes da sociedade civil — esteja engajada nos processos avaliativos. Nesse sentido, a mobilização e a comunicação eficiente se tornam ferramentas fundamentais para garantir ampla participação e comprometimento de todos os setores da IES.

A efetiva participação da comunidade acadêmica depende de estratégias de aproximação que considerem as especificidades e linguagens de cada público. Boas práticas de comunicação, como o uso de redes sociais institucionais, campanhas internas com identidade visual atrativa e linguagem acessível, têm se mostrado eficazes para atrair a atenção dos estudantes e demais públicos da IES. Reuniões setoriais, rodas de conversa, oficinas e escutas ativas promovem o diálogo e favorecem a cultura do pertencimento.

Como destaca Freitas (2012), é imprescindível criar um ambiente de escuta e devolutiva:

A CPA precisa desenvolver ações de comunicação que não se limitem à divulgação de resultados, mas que promovam a escuta ativa da comunidade acadêmica. Essa escuta deve ser compreendida como um processo contínuo, em que as demandas dos diferentes segmentos são acolhidas, analisadas e devolvidas em forma de ações

concretas e mudanças perceptíveis. Quando a comunidade percebe que suas opiniões geram impacto real, o engajamento se torna orgânico e duradouro (Freitas, 2012, p. 89).

A CPA também atua como mediadora de sentidos e expectativas institucionais. Sua presença constante nas decisões acadêmicas e administrativas contribui para que a avaliação deixe de ser vista como um processo punitivo e se torne uma prática dialógica e inclusiva. A construção coletiva dos instrumentos de avaliação e a ampla divulgação dos resultados reforçam a transparência e a corresponsabilidade institucional.

O engajamento da comunidade também se dá pela representatividade dos seus membros nas instâncias da CPA e nas ações por ela promovidas. A inserção de docentes, técnicos e discentes em grupos de trabalho, comissões e momentos avaliativos permite que cada segmento veja a si mesmo como protagonista e agente da transformação institucional. Dessa forma, a avaliação é vivenciada como prática cotidiana, integrada à gestão e ao planejamento.

Segundo Andrade e Araújo (2015), a cultura avaliativa depende da democratização dos processos:

Para consolidar uma cultura avaliativa nas instituições de ensino superior é necessário que a CPA atue de forma transparente, promovendo espaços de participação real e garantindo a circulação da informação. A avaliação deve ser compreendida como uma prática formativa e compartilhada, e não como um instrumento isolado de controle. Isso exige o rompimento com práticas centralizadoras e a adoção de modelos colaborativos de escuta e devolutiva” (Andrade; Araújo, 2015, p. 104).

Outro ponto a ser considerado é o uso estratégico de dados para retroalimentar as ações acadêmicas. A devolutiva clara dos resultados da autoavaliação, traduzidos em relatórios sintéticos, infográficos e apresentações visuais, auxilia na tomada de decisões e no acompanhamento de metas institucionais. O engajamento é fortalecido quando a comunidade visualiza o impacto de sua participação nas ações concretas da IES.

Nesse contexto, a CPA atua como protagonista na promoção de uma cultura avaliativa ética, plural e democrática. A presença da comissão em momentos acadêmicos — como semanas pedagógicas, fóruns de curso e assembleias estudantis

— favorece o estreitamento dos laços institucionais e cria canais permanentes de escuta, diálogo e transformação.

Como enfatizam Lima e Nunes (2021), a participação deve ser cultivada como valor institucional:

Não basta convocar a comunidade para participar dos processos avaliativos. É preciso investir em estratégias permanentes de sensibilização, formação e responsabilização compartilhada. A avaliação institucional deve estar integrada ao projeto pedagógico e institucional, e a CPA deve atuar como articuladora da cultura da escuta, da transparência e da melhoria contínua” (Lima; Nunes, 2021, p. 137).

Nesse contexto, a construção de uma cultura avaliativa participativa exige da CPA a adoção de abordagens dialógicas e integradoras, que valorizem a diversidade de vozes presentes na instituição. Isso implica promover espaços permanentes de escuta e diálogo, nos quais estudantes, docentes, técnicos e gestores possam expressar percepções, demandas e sugestões de forma ativa e respeitosa. Assim, a avaliação passa a ser compreendida como um processo coletivo de aprendizagem institucional, no qual todos se reconhecem como corresponsáveis pela construção da qualidade acadêmica e pela consolidação de um projeto institucional comprometido com a transformação social.

Desse modo, a mobilização da comunidade acadêmica não se resume a ações pontuais, mas envolve um conjunto articulado de práticas que reconhecem o protagonismo dos sujeitos no processo avaliativo. A CPA, ao assumir esse compromisso institucional, fortalece os princípios do SINAES e contribui diretamente para a qualificação da educação superior brasileira.

Impactos da Atuação da CPA no Fortalecimento Institucional

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é uma instância essencial na estrutura das Instituições de Ensino Superior (IES), uma vez que sua atuação impacta diretamente no fortalecimento institucional e na consolidação de uma cultura avaliativa voltada para a melhoria contínua. Os dados produzidos pelas autoavaliações coordenadas pela CPA subsidiam as decisões estratégicas da gestão, influenciam nos indicadores de qualidade e fortalecem o alinhamento entre os objetivos institucionais e as exigências dos órgãos reguladores.

A sistematização das informações oriundas dos processos avaliativos internos permite que a instituição acompanhe sua evolução em diferentes dimensões — como ensino, pesquisa, extensão, infraestrutura, gestão e responsabilidade social. Essa vigilância constante, promovida pela CPA, proporciona intervenções tempestivas e fundamentadas, contribuindo para a elevação dos indicadores de qualidade institucional.

Nesse sentido, Carvalho e Amorim (2019) corroboram dizendo que:

Ao produzir relatórios sistemáticos e articulados com o planejamento estratégico, a CPA permite que a instituição desenvolva uma autorreflexão madura, crítica e responsável sobre suas práticas e políticas institucionais. Esses relatórios não apenas registram dados, mas promovem a análise qualificada das ações desenvolvidas, identificando avanços, fragilidades e oportunidades de melhoria. Com isso, contribuem significativamente para o fortalecimento da gestão institucional e para a consolidação de uma cultura de avaliação comprometida com a excelência acadêmica e a responsabilidade social” (Carvalho; Amorim, 2019, p. 81).

A participação da comunidade acadêmica nas atividades da CPA, especialmente nos ciclos de avaliação, gera um impacto direto no sentimento de pertencimento. Quando docentes, discentes e técnicos percebem que suas opiniões são ouvidas e consideradas nos processos decisórios, fortalecem-se os vínculos institucionais e o comprometimento coletivo com os rumos da instituição.

Segundo Martins e Ferreira (2020):

As ações da CPA contribuem para que todos os segmentos da comunidade acadêmica reconheçam seu papel na construção de uma instituição mais justa, eficiente e coerente com suas finalidades educativas. Isso promove maior engajamento e sensação de pertencimento à instituição, estimulando a participação ativa nos processos decisórios e o comprometimento com os valores institucionais. Dessa forma, a avaliação deixa de ser vista como obrigação e passa a ser vivida como instrumento de transformação coletiva (Martins; Ferreira, 2020, p. 104).

Os resultados das autoavaliações fornecem subsídios valiosos para os processos de acreditação externa, como o ENADE, o reconhecimento e o recredenciamento de cursos e da própria instituição. A consistência dos dados e das análises elaboradas pela CPA fortalece a imagem institucional perante o Ministério da

Educação (MEC) e demais órgãos reguladores, demonstrando maturidade na gestão e compromisso com a qualidade da educação superior.

Nesse sentido, Souza e Barboza (2021), dizem que:

O trabalho da CPA, quando conduzido com seriedade e profundidade, torna-se um diferencial competitivo no cenário educacional, pois revela a capacidade institucional de se reinventar e se aperfeiçoar de forma contínua e estruturada. Isso demonstra o compromisso da instituição com a qualidade, a inovação e a responsabilidade social, atributos cada vez mais valorizados por estudantes, avaliadores e pela sociedade em geral. Assim, fortalece a imagem institucional, amplia a credibilidade junto aos órgãos reguladores e potencializa oportunidades de crescimento acadêmico e administrativo sustentado” (Souza; Barboza, 2021, p. 93).

Outro impacto relevante da atuação da CPA refere-se à governança institucional. A autoavaliação torna-se um instrumento de inteligência organizacional, integrando diferentes áreas da gestão universitária. Os relatórios da CPA orientam a tomada de decisões, ajudam a identificar gargalos e oportunidades, e apoiam a elaboração de planos de ação e metas institucionais. Essa articulação qualifica a gestão, fortalece a transparência e estimula uma cultura institucional baseada em evidências.

A transversalidade do trabalho da CPA também se manifesta na articulação entre os setores acadêmicos e administrativos. A coleta e análise de dados promovem a aproximação entre os diversos departamentos, o que contribui para uma atuação mais colaborativa e integrada, superando fragmentações históricas nas estruturas das IES. Isso amplia a sinergia institucional e fortalece o desempenho coletivo em torno de metas comuns.

A CPA, ao atuar como catalisadora de mudanças e promotora da melhoria contínua, também se torna agente de inovação. Muitas das sugestões apresentadas nos relatórios de autoavaliação resultam em novas práticas pedagógicas, inovações curriculares, melhorias em infraestrutura e aperfeiçoamento dos serviços prestados à comunidade acadêmica. Assim, o impacto da CPA transcende os limites da avaliação e reverbera em todas as esferas da vida institucional.

Dessa forma, os efeitos positivos da atuação da CPA são observados tanto em aspectos tangíveis, como nos indicadores oficiais de qualidade, quanto em dimensões intangíveis, como o fortalecimento da identidade institucional e o comprometimento

coletivo com a missão e os valores da instituição. O engajamento institucional com os processos avaliativos se transforma em uma poderosa ferramenta de desenvolvimento.

RESULTADOS E ANÁLISE DA PESQUISA

A análise bibliográfica realizada evidenciou a importância estratégica das Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) no contexto das instituições de ensino superior (IES), não apenas como mecanismos de cumprimento legal, mas como agentes fundamentais na promoção da qualidade educacional. Os estudos analisados apontam que a atuação eficaz da CPA depende de sua capacidade de articular processos avaliativos com foco no aprimoramento institucional contínuo, valorizando a participação coletiva e o diálogo entre os diversos segmentos da comunidade acadêmica.

Dentre os principais achados, destaca-se a compreensão de que a autoavaliação institucional precisa ser encarada como uma prática permanente, reflexiva e transformadora. A literatura reforça que o papel da CPA vai além do preenchimento de relatórios ou do atendimento a exigências externas; ela é responsável por fomentar uma cultura avaliativa orientada à melhoria da gestão, do ensino, da pesquisa e da extensão. A autoavaliação é, nesse sentido, uma ferramenta que impulsiona a inovação e fortalece a identidade institucional.

Outro aspecto importante identificado na pesquisa refere-se à representatividade e à composição da CPA. Os textos consultados apontam que a inclusão de docentes, discentes, técnicos administrativos e membros da sociedade civil fortalece a legitimidade do processo avaliativo e amplia as possibilidades de diagnóstico institucional. Essa diversidade permite compreender a instituição sob diferentes perspectivas, enriquecendo a análise e possibilitando intervenções mais assertivas.

A pesquisa também evidenciou que a atuação da CPA deve estar integrada aos demais setores institucionais. O isolamento da Comissão compromete a efetividade das ações avaliativas. Ao contrário, quando há articulação entre a CPA e os setores pedagógico, administrativo e financeiro, os resultados da autoavaliação tornam-se

mais relevantes, pois alimentam o planejamento estratégico institucional, orientam a tomada de decisões e fortalecem a governança acadêmica.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa bibliográfica apontou boas práticas de condução dos processos de autoavaliação. Entre elas, destacam-se a realização de rodas de conversa, a aplicação de questionários qualitativos, o uso de redes sociais como meio de engajamento e o estímulo à escuta ativa da comunidade acadêmica. Essas estratégias contribuem para a construção de um ambiente institucional mais participativo, dialógico e comprometido com a melhoria contínua.

Os autores consultados reforçam a necessidade de que os dados obtidos por meio da autoavaliação sejam efetivamente utilizados pela gestão institucional. Nesse sentido, a CPA deve assumir um papel propositivo, apresentando sugestões com base nas evidências coletadas e acompanhando a implementação de ações de melhoria. Quando isso ocorre, a avaliação deixa de ser apenas um diagnóstico e se torna um instrumento de transformação.

Para que os dados oriundos da autoavaliação se convertam em ações efetivas, é necessário que a CPA mantenha um diálogo constante com os gestores institucionais e com os diversos setores acadêmicos e administrativos. Esse diálogo deve ser pautado pela clareza das informações, pela escuta ativa das demandas locais e pela articulação entre os achados avaliativos e os objetivos estratégicos da instituição. A transformação institucional só se concretiza quando há disposição para a mudança e compromisso coletivo com a qualidade, tornando a avaliação parte integrante das decisões e do cotidiano da gestão universitária.

A atuação propositiva da CPA deve incluir o acompanhamento das ações sugeridas, por meio de indicadores, prazos e metas que permitam avaliar sua efetividade ao longo do tempo. A avaliação institucional não pode se encerrar na produção de relatórios; ela precisa ser cíclica, retroalimentando os processos internos com informações qualificadas e promovendo uma cultura de responsabilidade compartilhada. Essa continuidade assegura que a avaliação seja compreendida como uma ferramenta de gestão, planejamento e formação, ampliando seu impacto sobre a vida acadêmica e sobre a missão social da instituição de ensino superior.

Como destaca Dias Sobrinho (2005), "avaliar não é apenas medir resultados, mas compreender sentidos, construir significados e gerar compromissos com a transformação institucional" (p. 55). Essa perspectiva crítica e engajada reforça o papel emancipatório da avaliação, aproximando-a dos ideais de justiça, equidade e responsabilidade social que devem orientar o ensino superior.

Conclui-se que a pesquisa bibliográfica permitiu compreender que o fortalecimento das CPAs passa pelo reconhecimento institucional de seu papel estratégico, pela formação continuada de seus membros e pela valorização da cultura da autoavaliação como parte integrante da vida acadêmica. A CPA, quando bem estruturada, torna-se um dos pilares fundamentais para o crescimento institucional sustentável e a consolidação da qualidade do ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) configura-se como um eixo estruturante para o fortalecimento da cultura de autoavaliação nas instituições de ensino superior (IES), promovendo não apenas a melhoria contínua dos processos acadêmicos e administrativos, mas também a consolidação do compromisso institucional com a qualidade educacional. Ao longo deste estudo, ficou evidente que a CPA transcende uma função meramente burocrática, assumindo papel central na articulação, mediação e sistematização de ações avaliativas que repercutem diretamente nos processos de tomada de decisão.

A composição da CPA, ao reunir representantes de diferentes segmentos — docentes, discentes, técnicos administrativos e sociedade civil — permite a pluralidade de vozes e a escuta ativa das necessidades institucionais. Essa diversidade enriquece a análise e garante que a avaliação institucional contemple múltiplos olhares, fortalecendo o diálogo democrático e a legitimidade das propostas apresentadas. A representatividade, nesse contexto, é mais do que um critério formal: é um valor que assegura a coesão entre os objetivos da CPA e os anseios da comunidade acadêmica.

O estudo destacou que, para além da representatividade, a CPA demanda habilidades específicas de seus membros, tais como liderança, ética, comunicação e articulação institucional. Essas competências são indispensáveis para o bom

desempenho da comissão, sobretudo diante da complexidade das demandas que envolvem o planejamento e a condução dos ciclos avaliativos. A atuação qualificada da CPA permite o levantamento rigoroso de dados, a análise contextualizada das informações e a elaboração de relatórios diagnósticos capazes de subsidiar estratégias institucionais consistentes.

Outro aspecto relevante analisado foi a articulação da CPA com os demais setores da instituição. A integração entre áreas acadêmicas e administrativas, especialmente na coleta e análise de dados, é uma das chaves para o êxito dos processos avaliativos. A autoavaliação, quando bem conduzida, permite a identificação de fragilidades, a valorização de potencialidades e o desenvolvimento de ações concretas que impactam positivamente nos indicadores de qualidade da IES.

A mobilização da comunidade acadêmica também se revelou um ponto essencial na promoção da cultura avaliativa. A adoção de estratégias de sensibilização, como reuniões, oficinas, rodas de conversa e campanhas internas, fortalece o engajamento dos diferentes públicos institucionais. Nesse sentido, a CPA atua como catalisadora de um processo de pertencimento coletivo, fomentando o entendimento de que todos os envolvidos têm papel ativo na construção da excelência educacional.

Os impactos da atuação da CPA vão além dos relatórios de avaliação. Sua presença e efetividade contribuem para o aprimoramento da governança institucional e dos processos de acreditação, como o ENADE, o reconhecimento e o recredenciamento dos cursos. A CPA, ao produzir diagnósticos confiáveis, torna-se referência estratégica para as gestões institucionais, auxiliando na definição de metas e no planejamento acadêmico e administrativo.

Cabe destacar, portanto, que a consolidação de uma cultura avaliativa exige tempo, investimento e compromisso coletivo. A CPA é um instrumento poderoso para a transformação institucional, desde que dotada de autonomia, apoio da alta gestão e abertura para o diálogo constante com a comunidade acadêmica. Seu papel vai além da obrigação legal — trata-se de uma instância que viabiliza a escuta, promove a reflexão e impulsiona a mudança.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Maria Helena; ARAÚJO, Paulo Roberto. **Avaliação institucional: participação e transparência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 abr. 2004.

CARVALHO, Tereza de; AMORIM, Lúcia Regina. **Avaliação institucional participativa: a experiência de uma comissão própria de avaliação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2019.

COSTA, M. A. **Autoavaliação institucional e gestão participativa: o papel das CPAs nas IES brasileiras**. Curitiba: CRV, 2012.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação da educação superior: democracia e qualidade**. São Paulo: Cortez, 2005.

DIAS SOBRINHO, José; ASSIS, Cláudia Maria. **Avaliação, compromisso social e qualidade na educação superior: entre a regulação e a emancipação**. São Paulo: Cortez, 2006.

FREITAS, Cláudia Leite. **Cultura avaliativa nas IES: caminhos da escuta e da devolutiva**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, Vânia Maria; NUNES, Robson José. **CPA e cultura institucional: desafios da participação no contexto da educação superior**. Campinas: Papirus, 2021.

MARTINS, Adriana Soares; FERREIRA, José Humberto. **A importância da CPA no desenvolvimento institucional**. São Paulo: Cortez, 2020.

OLIVEIRA, Maria Luíza; SOUSA, João Carlos. **Comissões Próprias de Avaliação: desafios e perspectivas**. Curitiba: CRV, 2010.

RISTOFF, D.; LOBO, A. M. L. **Avaliação institucional: desafios e perspectivas no contexto das políticas públicas de educação superior**. Brasília: INEP, 2015.

SILVA, L. M. C. **A devolutiva da avaliação institucional: transparência e legitimidade nos processos avaliativos**. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Rômulo C. **Autoavaliação institucional: fundamentos e práticas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO COMO AGENTE ESTRATÉGICO NA CULTURA AVALIATIVA DAS IES: ARTICULAÇÃO, MOBILIZAÇÃO E ENGAJAMENTO INSTITUCIONAL. JOCIRLEY DE OLIVEIRA; ANA PAULA ALVES GONÇALVES LACERDA. JNT Facit Business and Technology Journal. QUALIS B1. ISSN: 2526-4281 - FLUXO CONTÍNUO. 2025 - MÊS DE JULHO - Ed. 64. VOL. 01. Págs. 209-234. <http://revistas.faculdadefacit.edu.br>. E-mail: jnt@faculdadefacit.edu.br.

SOUZA, Marcos Paulo; BARBOSA, Nádya Lopes. **Gestão da qualidade na educação superior**: o papel estratégico da CPA. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.